

Equipe reforça pontos do ajuste

*Governo se convenceu
de que é arriscada
a política de acumular
déficits comerciais*

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Em dezembro, o então ministro da Fazenda, Ciro Gomes, afirmava em todos os debates dos quais participava que o Brasil já não pensava mais nos megasuperávits para financiar despesas. “Essa época acabou”, propagava Ciro. Mas no final de dezembro o México revive a crise econômica do final dos anos 80, Pedro Malan assume o ministério e começa a mapear os pontos em que o “efeito tequila” poderia comprometer o Plano Real.

O primeiro alerta surgiu com a

constatação dos riscos de uma política de acúmulo de déficits comerciais, às custas das reservas internacionais. E se chegou ao consenso quanto à necessidade de fazer convergirem as políticas macroeconômicas.

Ou seja, não basta sustentar o plano com uma rígida política monetária, baseada em juros elevados e arrocho do crédito. “A verdadeira âncora, da qual tudo em última instância depende, é a criação de um regime permanente de equilíbrio das contas públicas”, avisou Pêrsio Arida, presidente do Banco Central.

**CÂMBIO TEM
SIDO PRINCIPAL
ÂNCORA DO
PLANO REAL**

Cambial — Enquanto o cenário do ajuste fiscal não está claro, o desafio da equipe, no curto prazo, é compatibilizar a política de estímulo às exportações com a política cambial, que até agora foi a principal âncora do Plano Real. Alguns assessores apostam na possibilidade de se conquistar uma posição de equilíbrio. Para eles, existe uma diferença básica entre a experiência brasileira e a adotada em outros

países da América Latina. “O Brasil pratica uma política cambial que favorece as exportações; os outros, uma política que favorece a estabilização da economia”, comentam.